

RELAÇÕES RACIAIS NA INFÂNCIA: O ambiente escolar no contexto das políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial no Brasil

IX Congresso Português de Sociologia – Universidade do Algarve - 6 a 8 de julho de 2016

Karina Fasson

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Lima

karinafasson@usp.br

INTRODUÇÃO

Apesar de as relações raciais constituírem um tema tradicional da sociologia brasileira, o estudo dessa temática no período da infância é mais recente e menos frequente. O estudo qualitativo das relações raciais neste período no ambiente escolar se mostra de extrema relevância, tendo em vista que estudos sobre escolaridade apontam para a existência de limites raciais na diminuição das desigualdades, de modo que as experiências de preconceito e discriminação vividas pelas crianças negras no ambiente escolar teriam efeito sobre sua permanência, progressão e desempenho. É nesse contexto, então, que se insere esta pesquisa de mestrado em andamento, sobre a qual alguns resultados preliminares serão discutidos.

Observa-se, em estudos mais contemporâneos acerca das relações raciais na infância, a ausência de reações diante de atitudes e comportamentos racistas tanto por parte da família, como por parte do corpo docente da escola, e, por vezes, das próprias crianças vítimas de racismo. Após décadas de mobilização do Movimento Negro no Brasil em torno de pautas de educação, em 2003 é promulgada a Lei 10.639/03, que torna compulsório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no ensino básico. Para além da questão do conteúdo escolar, visa atuar tanto no eixo do reconhecimento identitário como também no eixo redistributivo, com a (re)educação das relações étnico-raciais.

Nesse sentido, o objetivo central desta pesquisa é investigar as relações raciais e compreender as formas de produção e reprodução do preconceito racial durante a infância, tendo como base o ambiente escolar. A pesquisa utiliza da metodologia qualitativa, e está sendo realizada em uma escola pública de Ensino Fundamental I na cidade de São Paulo, escolhida por conta de premiação por práticas de Educação das Relações Étnico-Raciais. Nesta escola, estamos acompanhando, desde o início do ano letivo, o cotidiano de uma turma do 4º ano (crianças entre 9 a 11 anos). Amparando-se pela perspectiva da Sociologia da Infância, a pergunta principal que se coloca é, então, a seguinte: Considerando estudos feitos em contextos anteriores e seus resultados, assim como os esforços atuais para o enfrentamento do racismo nas escolas, está em curso uma mudança na maneira com que são construídas as relações raciais de crianças entre si e com os adultos no ambiente escolar?

RAÇA, INFÂNCIA E ESCOLA

Foi no âmbito do projeto UNESCO, em São Paulo e no Rio de Janeiro, quando se colocou em xeque a existência de uma democracia racial no Brasil, que surgiram as primeiras pesquisas de relações raciais com crianças considerando as manifestações do preconceito enquanto *atitudes*. Contudo, apesar da realização dos estudos no ambiente escolar, as pesquisadoras envolvidas (GINSBERG, 1995; BICUDO, 1955) não problematizam a possibilidade de influência da escola em relação ao preconceito racial. Há, por outro lado, destaque para o papel da família nesse processo, que influenciaria nas concepções raciais das crianças por meio da educação familiar.

Estudos a partir do final da década de 1970 passam a discutir mais especificamente o papel da educação escolar na produção e reprodução de práticas racistas por meio de diferentes mecanismos. A maior parte dos estudos analisados traz, de algum modo, o papel da instituição escola na produção e reprodução de preconceitos e discriminação racial na infância, seja diretamente, por meio de práticas docentes/ pedagógicas e do material didático, seja indiretamente, através da convivência com situações de racismo entre as crianças; bem como a importância das experiências durante os anos na instituição escolar para formação da identidade racial (cf., por exemplo, FAZZI, 2012 [2004]; CAVALLEIRO, 1998; OLIVEIRA, 2004). Pensando na proposta de nosso trabalho, é importante notar, ainda, que boa dos referidos estudos não se dedicaram a refletir sobre como as práticas que se dão no ambiente escolar são elaboradas e reelaboradas pelas crianças. Ainda que tenham pensado as consequências para a criança de uma educação escolar que produz e reproduz racismo, não observa-se, na maioria das pesquisas, o espaço para conceber a agência das crianças dentro desse contexto institucional.

Paralelamente aos estudos sobre relações raciais da infância, é importante discutir também a atuação do Movimento Negro na luta por pautas educacionais. Questões referentes ao universo da educação estiveram por muito tempo entre as principais preocupações do Movimento (LIMA, 2010; MOURA; BRAGA; SOARES, 2008; SILVÉRIO, 2008), tendo em vista a importância a ela atribuída na diminuição das desigualdades entre brancos e negros.

Analistas destacam a Constituição de 1988 como marco da inserção da temática racial na agenda das políticas públicas federais (LIMA, 2010; SILVÉRIO, 2005). Mostra-se, ainda, que, durante a Assembleia Nacional Constituinte, o Movimento Negro já pautava a questão da educação, fazendo exigências que mais tarde seriam contempladas pela Lei 10.639/03 (MOURA et. al.; 2008, p.13). Nos anos 1990, destacam-se dois marcos para a compreensão do período entre a promulgação da Constituição e a aprovação da Lei 10.639/03: a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, e a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em 2001 em Durban (SILVERIO; TRINIDAD, 2012). Nas duas ocasiões, o Governo Brasileiro assumiu a existência de racismo, bem como firmou compromissos no sentido da promoção da igualdade racial.

No período seguinte, logo no início do Governo Lula, em 9 de janeiro de 2003, foi aprovada a Lei nº. 10.639, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (BRASIL, 2003), nos níveis fundamental e médio de ensino. Moura et. al. (2008) apontaram então a Lei 10.639/03 como "o instrumento que melhor sintetiza as propostas do movimento negro pela inclusão da história africana e afro-brasileira nos currículos escolares" (op. cit., p. 15). Além do protagonismo do Movimento Negro, as autoras pensaram esse dispositivo legal como resultado também de um contexto histórico-político permeado pelos "estudos sobre relações raciais circunscritos ao pensamento social brasileiro, além da "literatura que analisa a educação sob o prisma das relações raciais" (op. cit., p. 3).

Ainda que a promulgação da Lei possa ser entendida como um avanço para parte de seus analistas e para os movimentos sociais, ela não pode ser compreendida como sinônimo de mudança social. Há um caminho complexo entre a promulgação da Lei 10.639/03 e a concretização de sua implementação, que passa necessariamente pelo enfrentamento de questões sociais e educacionais (GOMES, 2006). Nesse sentido, observa-se que os estudos sobre raça e educação realizados após a promulgação da referida Lei procuram pensar sobre os desafios trazidos para sua implementação, bem como sobre suas consequências e potencialidades

Nossa análise mostra que os tais estudos evidenciam o fato de que, ainda que implementada de maneira bem sucedida, a Lei não traz necessariamente uma mudança de mentalidade nem dos executores finais dessas diretrizes (os professores), nem das crianças, agentes e objetos da política (OLIVEIRA; LINS, 2015). Cabe compreender, assim, de que maneira as crianças formam suas concepções raciais e sua identidade racial dentro de um contexto múltiplo, em que estão presentes tanto práticas racistas, por vezes imersas num ideário de democracia racial, como também de práticas que buscam promover a igualdade racial.

INFÂNCIA, RAÇA E EDUCAÇÃO

A Sociologia da Infância traz contribuições importantes para o estudo sociológico das relações raciais no ambiente escolar, na medida em que problematiza a infância levando em conta duas dimensões fundamentais do debate sociológico, quais sejam: a agência e a estrutura. Entender as crianças enquanto atores sociais traz uma implicação direta nos estudos das relações raciais na infância: a discriminação e o preconceito racial observados nesse período não podem ou devem ser interpretados como mero reflexo da sociedade como um todo, na medida em que não se está pensando em um processo de socialização vertical e unidirecional, mas em um processo criativo de reprodução interpretativa dos elementos das culturas adultas (CORSARO, 2011).

Ao mesmo tempo, ao considerar a infância enquanto categoria estrutural e as crianças enquanto co-construtoras da sociedade, é possível pensar no sentido oposto ao de uma perspectiva tradicional que concebe a infância como reflexo do mundo adulto: em que medida as relações raciais na infância refletem na sociedade como um todo?

Além disso, as contribuições da Sociologia da Infância também estão na questão metodológica, problematizando a melhor maneira da escuta das crianças a partir do reconhecimento de sua agência. A importância dessa ação para o estudo das relações raciais é duplo, considerando o silenciamento de crianças que sofrem preconceito e discriminação racial.

RESULTADOS PRELIMINARES

Em relação às práticas docentes relacionadas a conteúdos que entendemos como relativos a questões étnico-raciais, pudemos notar, entre os professores, diferentes abordagens sendo adotadas para trabalhar com a mesma turma. Desde concepções que podemos pensar como sendo assimilacionistas (na concepção de herança africana para a formação de uma cultura única), até visões que postulam a diversidade ("ninguém é igual a ninguém"), passando ainda por visões essencialistas sobre os povos africanos e indígenas (em visões homogeneizantes sobre "o povo negro" e "os índios"). Considerando então a agência das crianças, cabe observar como elas operam esses diferentes ideários, no sentido de uma reprodução interpretativa (CORSARO, 2011).

Pudemos observar, entre as crianças, uma valorização de aspectos relacionados à branquidade, evidenciados por meio das personagens que estampam os materiais escolares (cadernos e mochilas), dos desenhos realizados pelas crianças, inclusive autorretratos (em que vemos casos de crianças negras se desenhando como brancas e loiras), e no que concebem como norma (o lápis de cor "salmão" é visto como "cor de pele", mesmo pelas crianças negras).

Contudo, é interessante notar que tal valorização não implica no fato de que não haja também contestação desses elementos e/ou valorização de outros que escapem desse padrão. Em algumas conversas com as meninas e durante observações, surgem exemplos desse fato: meninas que valorizam os cabelos crespos e não gostam quando suas mães os alisam, dentre outros.

Uma questão interessante que surgiu entre as meninas, que venho acompanhando, foi a ideia de realizar uma peça sobre racismo – que, inicialmente, foi concebida como uma peça sobre *bullying*, mas graças à sugestão da diretora, teve seu propósito alterado. As mudanças no roteiro concebido pelas meninas – que, a princípio, pensam em trabalhar a questão da escravidão e da abolição para falar sobre racismo; mas depois vão reformulando, de acordo com leituras e conteúdos que tiveram contato nas aulas – são exemplares para se pensar como vão ressignificando os conteúdos escolares. Tudo isso, cabe ressaltar novamente, em meio a concepções diversas presentes na escola, que vão de visões essencialistas sobre o negro, passando por perspectivas assimilacionistas (que concebem uma cultura única), até noções que enfatizam a diversidade e a diferença entre indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BICUDO, V. "Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em relação com a Cor de seus Colegas." In Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo, organizado por F. FERNANDES e R. BASTIDE. São Paulo: Anhembi, 1955.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm>. Acesso em 13 set. 2014.
- CAVALLEIRO, E. "Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil". Dissertação (mestrado), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998.
- CORSARO, W. "Culturas de pares de crianças e reprodução interpretativa". In Sociologia da infância, por W. CORSARO, cap. 6. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FAZZI, R. O drama racial de crianças brasileiras: Socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- GINSBERG, A. "Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor". In Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo, organizado por F. FERNANDES e R. BASTIDE. São Paulo: Anhembi, 1955.
- LIMA, M. "Desigualdades raciais e políticas públicas: as ações afirmativas no Governo Lula". Novos Estudos 87 (julho de 2010): 77–95.
- OLIVEIRA, F. "Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?" Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, 2004.
- OLIVEIRA, L. F., e M. R. F. LINS. "Que criança feia! Por que a mãe dela está feliz? Ela nunca vai ficar branca!": reflexões teóricas sobre crianças e relações raciais". Educere et Educare – Revista da Educação 10, no 20 (dezembro de 2015): 671–85.
- SILVERIO, V. R., e C. T. TRINIDAD. "Há algo de novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil Contemporâneo?" Educ. Soc. 33, no 120 (setembro de 2012): 891–914.
- VALVERDE, D. O., e L. STOCCO. "Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação". Revista Estudos Feministas 17, no 3 (dezembro de 2009): 909–20.